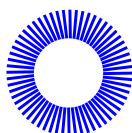


Decolonizar o museu a partir das múltiplas presenças

Silvana M. Lovay

Coordenadora de
educação do Museo
Nacional Estancia Jesuítica
de Alta Gracia
Argentina



O museu, como instituição permanente, política e social, deve buscar, gerar e fortalecer vínculos ao longo do tempo com suas comunidades, com o objetivo de construir coletivamente, por meio do ato educativo, conhecimentos significativos e afetivos, que lhes permitam dialogar e consolidar identidades individuais e coletivas.

Nisso podemos nos situar dentro da museologia social, pois alude à construção alinhada com o caminho da justiça social, da inclusão plena, da pluralidade de vozes. O museu deve entender que há muito tempo não detém mais o monopólio do conhecimento, mas que tem sentido se for construído em conjunto com cada um dos sujeitos sociais: as comunidades.

Da mesma forma, não podemos negar que ainda existem velhas representações expositivas que carecem de qualquer legitimidade social, científica e política, não só no plano discursivo, mas também na sua materialização, como vimos longamente. Com isso, entendemos que a desconstrução e a renovação se impõem hoje para dar lugar à decolonização dos museus.

Esta decolonização propõe o desafio de renovar os discursos antigos e afastar-se de uma proposta colonial questionada.

Se olharmos, então, na nova e recente definição de “museu”, alguns dos termos citados, como *acessível, inclusivos, diversidade, comunidades, educação, reflexão*, seria oportuno perguntarmo-nos, igualmente, “quem tem a palavra nos museus?”, como alude o Movimento de

Justiça Museal da Argentina.¹ Como expressa Boaventura de Sousa Santos (2010), “vivemos tempos de perguntas fortes e respostas fracas”.

O museu, como espaço de convivência com suas diversas comunidades, é conferido ou solicitado a assumir responsabilidades diante dos diferentes problemas sociais que nos afetam. A referida museologia social nos oferece esse arbítrio para construir a inclusão, pois nos fala de uma perspectiva social de atenção à diversidade dos sujeitos, apoiada em teorias socioconstrutivistas; a inclusão busca sempre transformar determinados valores em ação, tanto na educação quanto na sociedade.

Da mesma forma, também sabemos que muitos museus continuam mantendo e produzindo cultura e conhecimento que direcionam discursos, cânones e representações hegemônicas, conforme mencionado por Van Geert e colaboradores (2016).

De qualquer forma, neste ir e vir sobre o que entendemos como o papel social do museu, permito-me dizer, a partir da práxis, que os profissionais dessas instituições forjaram, em diferentes momentos, e continuam fazendo até hoje, grande esforços em busca de uma multiplicidade de conteúdos e táticas renovadas, com o objetivo claro e até tácito de popularizá-lo. Ou seja, gerar uma esfera de reivindicação de setores sistematicamente marginalizados e de lutas historicamente invisíveis, onde ocorreu e ocorre a supracitada justiça social transcendental, onde a primazia está voltada para a força do inclusivo e

¹ Liderado por Johanna Palmeyro Morelli, formada em Museologia, arte-educadora e artista.



representativo, atendendo às diversidades em completo. De uma perspectiva anticolonial e antirracista, esta é uma abordagem fundamental para romper as narrativas coloniais que ainda sobrevivem em vários museus.

Num material de leitura interessante como *Rumores. Epistemologías racializadas y saberes anticoloniales* (Rumores. Epistemologías racializadas e saberes anticoloniais), Villegas e Sissokho (2021) revelam um texto e uma frase que me permitiram refletir ainda mais sobre o que às vezes observamos como boas tentativas sem os resultados esperados: “decolonizar o museu não é uma *performance* ou uma metáfora”.

Nesse sentido, gostaria de abordar o trabalho realizado pelo grupo de interesse especial sobre Educação em museus e decolonialidade² do Comitê de Educação e Ação Cultural para América Latina e Caribe (CECA LAC), no qual profissionais de museus e universidades constroem de forma colaborativa, desde 2020, com o propósito de “estudar iniciativas educativas que abordem criticamente a colonialidade nos museus”.³

A partir disso, é interessante estabelecer que o conceito de colonialidade, trabalhado por Aníbal Quijano (1992), se refere aos imaginários coloniais que persistem até hoje em torno do poder, conhecimento, gênero e raça. Podemos dizer que, nesse sentido, os museus têm atuado tradicionalmente como dispositivos educativos civilizadores, promovendo um certo tipo de conhecimento, um certo tipo de saber e também o exercício de certas práticas.

Em nosso grupo de estudos, sabemos que muitas instituições museológicas em países que foram

colonizados passaram a olhar para seus discursos e acervos com um olhar mais crítico, mais acentuado em relação a esses imaginários. No caso da América Latina e o Caribe, trata-se de uma questão contingente, pois a região enfrenta uma série de movimentos sociais que buscam transformar estruturas de poder que, em sua maioria, têm uma raiz e até fortes raízes coloniais.

Quando realizamos atividades com/para o público, costumamos utilizar estratégias de divulgação que visam que “a comunidade venha ao museu” ou que “o museu vá até a comunidade”, uma vez que tudo está pensado e preparado para executar. Mas o que aconteceria se deixássemos a comunidade projetar a exposição, a oficina, a conferência, as narrativas, os serviços de higiene, as línguas e dialetos, os textos, o cardápio do refeitório, entre outros. Construir outras representações implica trabalhar em conjunto com outras pessoas. Também entendemos que o museu não é mais a instituição – moderna/colonial – que sustentava com seu discurso e suas formas um modo único de ser cidadão. Isso significa que ela não tem mais o poder da verdadeira história, do conhecimento unificado que deve ser colocado à disposição das pessoas para que aprendam de forma homogênea e onde seu lugar diante do conhecimento, da cultura, da sociedade, da economia seja claro. E isso acontece porque o poder que detém deve ser confrontado, discutido e todas as possibilidades devem ser compartilhadas para incluir todos e todas.

No sistema do museu poderíamos deixar de fazer discursos e, em vez disso, abrir o campo de resposta na exposição, para a qual poderíamos perguntar: quantas curadorias permitem que outros e outras respondam a esse discurso? Quantas curadorias permitem múltiplas interpretações e não apenas dão o ponto de vista de um/a curador/a?

Se entendermos que o museu é um espaço onde se constroem representações da realidade, devemos deixar

² Coordenado por Silvana M. Lovay (coordenadora do CECA LAC); Paola Araiza (correspondente do CECA México, que entrou a partir de 2021) e Fernanda Venegas (como correspondente do CECA Chile, coordena até 2021).

³ Em <https://ceca.mini.icom.museum/es/grupo-de-interes-especial-educacion-en-museos-y-decolonialidad/>



de pensar que todos e todas temos as mesmas realidades. E continuar nos perguntando: quantas curadorias e/ou ações educativas são realizadas a partir da cosmovisão andina ancestral ou contemporânea, ou da memória de gênero, ou com as vozes dos migrantes ou com a comunidade LGBTQI+? Quantas curadorias e/ou ações educativas questionam e desafiam o próprio museu e seu sistema? Reitero: quem tem a palavra no museu?

Parece que o primeiro passo a ser dado pelo museu é questionar e delimitar suas próprias narrativas para reconhecer os limites de sua própria episteme e, assim, começar a ouvir outras vozes.

Para decolonizar o museu, vinculado à estética decolonial, é preciso se comprometer com a tarefa da escuta, atravessando a diferença colonial.

Estamos entrando num momento em que devemos deixar de nos concentrar em sustentar a prerrogativa da enunciação e reivindicar o radicalmente novo; devemos começar a ouvir o que foi silenciado pela colonialidade, por nosso arquivo cultural, por nossas narrativas e por nosso privilégio. Devemos nos questionar de que forma podemos escutar o que foi silenciado, tornado invisível, considerado irrelevante por nossas próprias narrativas.

Uma possibilidade educativa para partilhar

Durante a recente 26ª Conferência do ICOM em Praga sob o lema “O poder dos museus”, desde o CECA LAC desenvolvemos a oficina “Migração, uma questão do presente”,⁴ tanto em espanhol quanto em inglês, onde propusemos nosso trabalho a partir do seguinte ponto de vista:

⁴ Oficina elaborada em conjunto com o grupo “Educação em museus e decolonialidade” do CECA LAC. Ministrado por Silvana M. Lovay (coordenadora do CECA LAC), Irene Pomar (membro do CECA Espanha), María Mónica Fuentes Leal (correspondente do CECA Colômbia) e Adriana Palafox Argáiz (integrante do CECA México).

Os grupos humanos geraram limites, fronteiras e códigos para se diferenciar dos outros, talvez para “sobreviver”, ou gerar dinâmicas de dominação política ou exploração dos recursos naturais. Esses limites construíram nossa linguagem, memórias e sistemas culturais.

Hoje vivemos num mundo interconectado que nos permite questionar e observar através de vídeos e imagens a dura realidade daqueles que, fugindo de um conflito, de um desastre natural ou de duras condições econômicas ou políticas, buscam romper as fronteiras e deixar suas comunidades atrás em busca de oportunidades e novos modos de vida. Essas imagens e depoimentos não são mediados pela mídia, mas por suas próprias vozes.

Os migrantes, os “estrangeiros”, que vêm para “invadir”, para quebrar as regras da vida cotidiana das nossas sociedades herméticas, são milhares de pessoas que atravessam fronteiras apenas com as suas memórias, anseios e lembranças, sem bagagem e sem documentos. Onde estão as memórias daqueles que atravessam fronteiras? Os museus não são espaços seguros de memória e não são estes os lugares de representação?

É por isso que nesta oficina convidamos você a criar estratégias educativas para dialogar com as comunidades migrantes que habitam os ambientes de seus museus e a reconhecer nossos discursos sobre a alteridade a partir de uma posição decolonial e participativa.

Palavras para continuar pensando

Como explica Mário de Souza Chagas (2007), não basta lutar para que os movimentos sociais tenham acesso aos museus. Isso é bom, mas ainda não é o suficiente. O desafio é democratizar a ferramenta museológica e colocá-la a serviço dos movimentos sociais; colocá-la a favor, por exemplo, da construção de um outro mundo, de



uma outra globalização, com mais justiça, humanidade, solidariedade e dignidade social.

Acreditamos que os desafios da chamada “reinvenção” dos museus nos aproximam de algumas questões: como apresentar os “outros”?, o que fazer com as velhas coleções forjadas durante o colonialismo?, como apresentar e questionar o próprio colonialismo?, é possível que os museus nascidos do colonialismo possam ser reconvertidos ou transformados em instituições ao serviço da reivindicação da diversidade cultural?

Isso nos leva a outra questão transcendental: os museus, do tipo que mencionamos, foram “decolonizados”?

Superar o passado colonial e reinventar os museus não é fácil. A situação não é a mesma em todos os países. Em alguns casos, por exemplo, os museus se tornaram instrumentos de reconciliação com as comunidades originárias do país.

Acredito, sim, que podemos pensar em estratégias de renovação, sabendo que as soluções adotadas para responder aos desafios são muito diversas. O primeiro grande passo é discutirmos, questionar-nos como equipes e depois avançar no compromisso de escuta, com o objetivo de identificar, como nos diz Walter Mignolo (2010), a nossa “ferida colonial”, e depois propor-nos atravessar a diferença colonial que nos oprime diariamente.

Um dos desafios dessas estratégias que acredito estamos enfrentando consiste em finalmente conseguir, com verdade, que os museus se tornem instrumentos de diálogo. Clifford e Marcus (1991) falam-nos da necessidade de criar “zonas de contato” nos museus, concebendo-os como lugares onde povos geograficamente e historicamente separados podem entrar em contato para estabelecer relações que normalmente as condições coercivas, a desigualdade radical e os conflitos não permitem. No entanto, deve-se levar em conta as críticas à ideia de “zonas de contato” formulada por Pratt (2010),

que, ao utilizar esse termo para discutir a mediação intercultural no contexto educacional, insiste na desigualdade de poder nesse diálogo.

De qualquer forma, dialogar, criar, projetar e desenvolver com outros pode ampliar nosso olhar para novas formas de gerir a educação patrimonial e criar conhecimento sobre práticas museológicas sustentáveis.

Desmantelar discursos, narrativas e práticas coloniais nos museus é um ato que consiste em poder dar voz e realizar ações, que devem ser realizadas em conjunto e ao mesmo tempo, porque é junto com esses outros que estamos deixando para fora onde está o tão falado poder decolonizador.

É o ato educativo-pedagógico que pode legitimamente exercer a decolonização do ser, do saber – entendido como um processo pelo qual se construiu e consolidou uma forma hegemônica de pensamento que se universalizou nas sociedades coloniais –, e também do poder em nossas instituições. *Em relação a isso, podemos dizer que atuamos como replicadores desse modelo porque fomos educados sob essa hegemonia.*

A educação, espinha dorsal do museu, e o próprio ato educativo referido, são verdadeiros instrumentos de ruptura colonial e grandes promotores de transformação social e mudança de realidades complexas.

Decolonizar o museu é migrar dos processos hegemônicos colonialistas dos quais somos reféns. Acredito também que estamos presenciando uma verdadeira revolução dessas instituições, que ao lidar com as questões candentes de nossa sociedade podem nos permitir construir novos discursos, não a partir de ausências, mas de múltiplas presenças.



Bibliografía

Clifford, J. e Marcus, G. (eds.) (1991). *Retóricas de la Antropología*. Gijón: Ediciones Júcar.

Chagas, M. de S. (2007). Museos, memorias y movimientos sociales. Em *Museos en Obra, IX Seminario sobre Patrimonio Cultural*, pp. 13-22. Santiago: Dibam.

Mignolo, W. (2010). Aisthesis decolonial. *Calle 14*, 4 (4): 10-25. <https://doi.org/10.14483/21450706.1224>

Pratt, M. L. (2010). *Ojos imperiales. Literatura de viajes y transculturación*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica.

Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad/ racionalidad. *Perú Indígena*, 13 (29): 11-20.

Santos, B. de S. (2010). *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo: Ediciones Trilce.

Van Geert, F., Arrieta Urtizberea, I. e Roigé, X. (2016). Los museos de antropología: del colonialismo al multiculturalismo. Debates y estrategias de adaptación ante los nuevos retos políticos, científicos y sociales. *OP SIS*, 16 (2): 342-360.

Villegas, F. e Sissokho, C. (2021). Descolonizar el museo no es una performance ni una metáfora. Em *Rumores. Epistemologías racializadas y saberes anticoloniales*, pp. 210-220. Santo Domingo: Contranarrativas.